



Ministério Público Federal  
5ª Câmara de Coordenação e Revisão

# Informativo 5ª CCR

ANO XI, EDIÇÃO 196

29 DE JUNHO DE 2012

O MPF atua no combate à improbidade administrativa e em defesa da integridade do patrimônio público.

## NESTA EDIÇÃO:

- XIII Encontro Nacional da 5ª CCR 1
- Cartilha 20 Anos da Lei de Improbidade 3
- Mapa Nacional da Improbidade 3
- Fotos do Encontro 4

## XIII Encontro Nacional da 5ª CCR



Coordenadora e Membros Titulares da 5ª CCR

Nos dias 18, 19 e 20 de junho de 2012, aconteceu, em Canela/RS, o XIII Encontro Nacional da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Sediado no Grande Hotel Canela, o Encontro teve como tema os “20 Anos da Lei Contra a Improbidade Administrativa” (Lei 8429/1992), e buscou ser um ambiente propício para a troca de experiências e interação dos membros participantes.

A mesa de abertura do Encontro contou a presença dos atuais membros titulares da 5ª CCR: a Dra. Denise Vinci Tulio, Coordenadora; Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Membro-Titular; e Dr. Antônio Carlos Pessoa Lins, Membro-Titular; designados pelo Procurador-Geral da República, através da Portaria nº 311, de 11 de junho de 2012.

**“Parabéns à Câmara e, em especial, aos servidores e colaboradores que tornaram esse Encontro tão especial.”**

Ana Padilha – PR/RJ

A Subprocuradora-Geral da República Denise Vinci Tulio ressaltou a importância de se revolver algumas questões

sobre a Lei Contra a Improbidade Administrativa na prática, quais sejam, as dificuldades de sua aplicação, sua eficácia contra agentes políticos, questões de foro, dentre outras. Ela agradeceu a presença dos expositores e dos demais colegas e ressaltou a eficiente e entusiasmada participação dos servidores da 5ª CCR.

O Subprocurador-Geral da República Rodrigo Janot salientou a abertura da 5ª Câmara para os Procuradores que oficiam no patrimônio público e social, que nas suas palavras “podem contar com a Câmara, pois sua finalidade é trabalhar junto com membros”. Após expor alguns assuntos sobre os empecilhos à aplicação da Lei Contra a Improbidade, fez um convite à reflexão: “Como posso melhorar minha atuação com a utilização desse poderoso instrumento?” referindo-se a Lei 8429/92.

O mais novo membro titular da Câmara, o Subprocurador-Geral da República Antônio Carlos Pessoa Lins, que compõe a Câmara pela primeira vez, também foi estreante no Encontro

**“Como de praxe, o Encontro Nacional foi muito bom para a troca de experiências entre os colegas, proporcionando ótimas discussões e debates.”**

Eduardo El-Hage – PRMI

Nacional da 5ª CCR. No discurso de abertura, ele ressaltou a importância temática da Câmara e lembrou do tempo em que eram maiores as dificuldades de aplicação da Lei Contra a Improbidade.

Durante os dias do Encontro, diversos temas foram apresentados com a abertura de debates que possibilitaram uma maior exploração dos assuntos abordados e uma exposição de situações práticas, colaborando para o enriquecimento dos conteúdos.

A primeira palestra tratou de “Questões Processuais Controvertidas em Ações por Improbidade Administrativa”, com a participação do Dr. Rogério Pacheco, Promotor de Justiça no Estado do Rio de Janeiro e co-autor do livro “Improbidade Administrativa”. Nessa palestra foram abordados temas como denúncia anônima, transação, arquivamento por insignificância, prévia reparação do dano, foro especial, necessidade de comunicação prévia aos réus, dentre outros. Ao final houve espaço para o debate conduzido pela Dra. Raquel Branquinho (PRR 1).

Outro tema abordado no XIII Encontro Nacional foi o “Foro Competente para Julgamento de Agentes Políticos e Membros da Magistratura em Ações por Improbidade Administrativa”. Para

**“O XIII Encontro Nacional da 5ª CCR foi muito bom e produtivo, e contou com a participação efetiva de todos os membros presentes, e ótimas palestras de doutrinadores na matéria de improbidade administrativa”**

Maria Iraneide – PRR 3



**Wallace Paiva - Promotor de Justiça em São Paulo**

tratar desse tema, foi convidado o Dr. Cláudio Ari Mello, Promotor de Justiça Assessor da Procuradoria de Recursos aos Tribunais Superiores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Professor de Direito na PUC/RS e Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesse painel, a condução dos debates coube à Dra. Samantha Chantal Dobrowolski (PRR 3).

O Procurador Regional da República na 3ª Região Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho também participou do Encontro como palestrante, tratando do tema “Responsabilidade Subjetiva nas Ações por Ato de Improbidade Administrativa”. O debate foi conduzido pela Dra. Fabíola Dörr Caloy, Procuradora da República na PR/RS, no qual discutiram-se assuntos relevantes como o conceito de dolo e culpa e sua aplicabilidade em Atos de Improbidade, além de abrir espaço para a apresentação das experiências vividas pelos membros sobre essas temáticas.

No segundo dia de trabalhos, o XIII Encontro Nacional contou com a participação do Dr. Wallace Martins Paiva, Promotor de Justiça na área do Patrimônio Público e Social e Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça em São Paulo. Autor de diversos artigos jurídicos em revistas especializadas, tam-

**Maria Iraneide - Membro Suplente da 5ª CCR**



**“A 5ª CCR está de parabéns pela excelente qualidade no tocante aos temas escolhidos e qualificação e experiência dos palestrantes. Foi um dos melhores Encontros dos últimos anos.”**

*Fabíola Dörr Caloy – PR/RS*

**“O Encontro foi muito positivo, permitindo uma ampla visão dos dilemas atuais acerca da ação de improbidade administrativa em uma discussão abrangente tanto em relação aos seus aspectos teóricos quanto práticos.”**

*Leonardo Cardoso de Freitas – PR/RJ*

bém escreveu os livros “Probidade Administrativa” e “Transparência Administrativa”, da Editora Saraiva. O Dr. Wallace expôs o tema “Medidas Cautelares nas Ações por Ato de Improbidade Administrativa”. Pela mediação da Procuradora da República na PR/RS Márcia Noll Barboza, o debate tratou, dentre outros assuntos, do afastamento do agente ímprobo e da indisponibilidade de bens.

Os Procuradores da República Marcos Alexandre Bezerra Wanderley de Queiroga (PRM/Campo Grande/MS), Victor Carvalho Veggi (PR/PB) e Eduardo El Hage (PRM/Ilhéus/BA) apresentaram “Técnicas de Investigação em Ações de Improbidade Administrativa”. O Dr. Marcos Queiroga palestrou sobre as técnicas de investigação propriamente ditas, e o Dr. Victor Veggi apresentou as medidas que vêm sendo adotadas pela Procuradoria da República no Estado da Paraíba. O Dr. Eduardo El Hage demonstrou a utilidade de sistemas como o SICONV e o SIGABRASIL para a realização de investigações em ações de improbidade.

O SICONV é o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal. O SIGABRASIL é um sistema de informações sobre orçamento público, que permite acesso amplo e facilitado ao SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, por meio de uma única ferramenta de consulta. Ambos os sistemas podem ser utilizados para verificação da maneira como os recursos públicos estão sendo gastos e onde estão sendo empregados. Após as palestras, o Pro-



**Raquel Branquinho - Membro Suplente da 5ª CCR**

curador da República Thiago Lacerda Nobre (PRM/Jales/SP) conduziu os debates.

Outro tema abordado no Encontro foi o da “Prescrição nas Ações por Ato de Improbidade Administrativa”, muito bem explanado pelo Dr. Sérgio Monteiro de Medeiros, Procurador Regional da República na 3ª Região. Embasado principalmente em jurisprudência atualizada, o Dr. Sérgio Medeiros tratou de diversos tópicos de prescrição, com ênfase ao atual tratamento dado pela Justiça a cada um deles. O debate foi iniciado pela Dra. Denise Vinci Tulio e contou com a participação dos membros presentes.

O terceiro dia do Encontro foi destinado à “Exposição de Modelo do Mapa de Improbidade Administrativa”, pelo Dr. Eduardo El Hage (PR/Ilhéus/BA) e ao debate de outras matérias de interesse da Câmara. O Dr. Eduardo apresentou o Mapa de Improbidade utilizado na Procuradoria da República no Estado da Bahia ([veja aqui](#)) e traçou o modelo de um Mapa Nacional de Improbidade Administrativa, que é um dos projetos da 5ª Câmara em andamento. Após a apresentação do Mapa, foi feita apresentação

sobre o Sistema APTUS (Aplicativo de Pesquisa Textual Unificada e Simplificada),

**“O Encontro se constituiu em uma oportunidade ímpar para troca de conhecimentos, impressões e experiências na área de combate à corrupção e à malversação de verbas públicas, bem como foi um excelente momento para entrosamento entre as diversas instâncias do MPF.”**

*Cícero A. Pujol Corrêa – PRM/Santana do Livramento/RS*

**Sérgio Monteiro - Membro Suplente da 5ª CCR**





**Cláudio Ari - Promotor de Justiça no Rio Grande do Sul**

pelo servidor Tulio Cesar Oliveira Nunes da 5ª CCR.

Antes de concluir os trabalhos do Encontro, foram apresentados diversos pontos de interesse da Câmara pela Dra. Denise Vinci Tulio. Visando a unidade de atuação em matérias do patrimônio público, com abertura de espaço para que os participantes se posicionassem e dessem opiniões sobre os

temas. A Dra. Denise também apresentou as principais ações em andamento na Câmara e as atividades de coordenação que estão sendo desenvolvidas. Dentre essas atividades, destaca-se a impressão e distribuição, por todo o país, de Cartilhas sobre a Lei de Improbidade Administrativa, com perguntas e respostas sobre o assunto, a serem distribuídas à população. Este trabalho, desenvolvido pela 5ª CCR, tem como propósito facilitar o acesso da população ao MPF, principalmente no controle e manutenção do patrimônio público e social.

O Encontro foi encerrado pela Dra. Denise e pelo Dr. Rodrigo Janot, que teceram elogios aos temas abordados e aos palestrantes convidados. Foi ressaltada a disposição dos membros em participar do Encontro e a atuação de todos que trabalharam para que o mesmo pudesse acontecer.

Para ter acesso às apresentações e outros materiais, acesse a [página do Encontro](#).

**“A 5ª CCR está de parabéns pelo evento promovido, contando com a participação de colegas de várias unidades, e contribuindo para o debate de questões de extrema importância e imprimindo qualidade aos trabalhos desenvolvidos na área da probidade administrativa.”**

**Victor Carvalho Veggi – PR/PB**



**Rogério Pacheco - Promotor de Justiça no Rio de Janeiro, e a Coordenadora da 5ª CCR**

## Cartilha em Comemoração aos 20 Anos da Lei Contra a Improbidade

**Iniciativa da 5ª CCR tem como objetivo comemorar os 20 anos da norma**

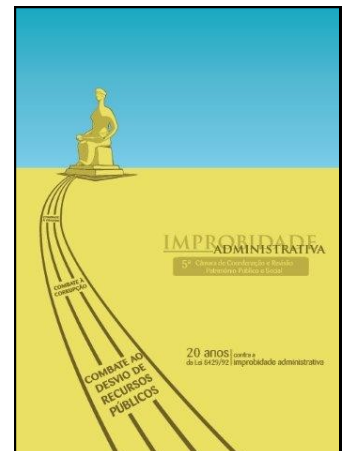
A 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal enviou a todas as unidades do MPF a cartilha “20 anos da Lei 8429/92 contra a improbidade administrativa” solicitando que os procuradores representantes da 5ª CCR ou com atuação na área de patrimônio público, em ação coordenada em todo o Brasil, promovam a distribuição do material nesta sexta-feira, 29 de junho, à popula-

ção das respectivas regiões.

A iniciativa tem como objetivo comemorar os 20 anos da Lei de Improbidade Administrativa, ao mesmo tempo em que aproxima o MPF do cidadão e promove a cidadania em relação ao combate da improbidade.

Preparada pela 5ª CCR, a cartilha contém a lei seca e questões retiradas [do livro](#) “Cem Perguntas e Respostas sobre Improbidade Administrativa”, editada em 2008 pela Escola Superior do Ministério Público da União em conjunto com o próprio órgão colegiado.

A versão online da cartilha já está disponível no site da 5ª Câmara. [Confira aqui](#)



## Mapa Nacional da Improbidade

No XIII Encontro Nacional foi apresentado pelo Procurador da República Eduardo El Hage (PRM/Ilhéus/BA) o modelo do Mapa da Improbidade que a 5ª CCR implementará em âmbito nacional. A medida visa dar mais publicidade às ações de Improbidade Administrativa em todo o Brasil.

O projeto pretende facilitar a visualização geográfica da atuação do MPF, apontando em

um mapa as cidades onde os supostos atos ímprobos foram cometidos e permitindo que os cidadãos possam acessar de maneira fácil os dados do processo na Justiça. Essa medida possibilitará uma prestação de contas mais eficiente por parte do MPF à população, especialmente no que tange à atuação desse Órgão na repressão e prevenção de atos que lesam o patrimônio público e social.

O Mapa Nacional da Improbidade pretende ter comunicação com o Sistema Único, permitindo que, assim que um processo seja cadastrado, ele já possa ser visualizado, resguardados os processos com informações sigilosas. Por meio dessa comunicação, as informações estarão sempre atualizadas, conferindo ainda mais relevância a esse trabalho.



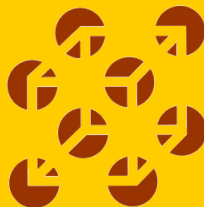


Assessoria de Coordenação - 5ª CCR  
Diagramação: Tullio Cesar O Nunes  
Fotos: David Keller Photo & Video

### 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

**Composição:**

- Membros Titulares:** Denise Vinci Tulio - Coordenadora  
Rodrigo Janot Monteiro de Barros  
Antônio Carlos Pessoa Lins
- Membros Suplentes:** Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini  
Raquel Branquinho P. Mamede Nascimento  
Sergio Monteiro Medeiros



Setor de Administração Federal Sul, Quadra 04, Conjunto C  
Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305  
Brasília/DF Cep: 70050-900  
Telefone: (61) 3105-6066 / 6122 Fax: (61) 3105-6123  
E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br  
<http://ccr5.pgr.mpf.gov.br>